



**BRASÍLIA E MODERNIDADE: UM ENSAIO SOBRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO DA
CAPITAL BRASILEIRA**

*BRASILIA AND MODERNITY: AN ESSAY ON THE SOCIAL PRODUCTION PROCESS OF THE
BRAZILIAN CAPITAL*

*BRASILIA Y MODERNIDAD: UN ENSAYO SOBRE EL PROCESO DE PRODUCCIÓN DE LA
CAPITAL BRASILEÑA*

Takeyoshi Imasato
timasato@ea.ufrgs.br
UFRGS

Marcelo Lima Véras
marcelo.veras@bcb.gov.br
EBAPE/FGV

BRASÍLIA E MODERNIDADE: UM ENSAIO SOBRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO DA CAPITAL BRASILEIRA

Resumo

O presente ensaio tem como objetivo argumentar que o processo de produção da capital brasileira, em vez de inaugurar uma era da modernidade no Brasil, como um momento histórico de ruptura, é mais caracterizado por um tom de conservação das características sociopolíticas dominantes do passado do País. Para desenvolver tal argumento, foi feita uma análise dos conceitos de modernidade, modernismo e modernização, de modo a fundamentar teoricamente o propósito de reinterpretação ensaística do fenômeno em questão. A dinâmica do processo histórico de produção da cidade de Brasília indica que a promoção de mudanças mais radicais na sociedade brasileira é diminuta, fazendo com que modernidade perca a sua pertinência em termos analíticos. Ao final, objetivamos apresentar possíveis caminhos para ampliar as reflexões teóricas e de pesquisa com o campo da administração, com particular enfoque à administração pública.

Palavras-chaves: administração pública, produção social do espaço, modernidade, Estado e sociedade, Brasília.

Abstract

This essay intends to argue that the social production of Brasília, instead of inaugurating an "age of modernity" in Brazil, is more characterized by the conservation of the dominant socio-political features of the country's past. To develop this argument, an analysis of the concepts of modernity, modernism and modernization is made in order to justify theoretically the reinterpretation purpose made in this essay. The historical dynamics of the social production of the city of Brasília shows that the promotion of radical changes in Brazilian society is minimal, making modernity a less accurate concept in analytical terms to understand the phenomenon. In the end of this essay, we discuss possible ways to develop theoretical reflections and research in the field of management, particularly in public administration field.

Keywords: Public administration; Social production of space; Modernity; State and society; Brasilia.

Resumen

El presente ensayo tiene como objetivo argumentar que el proceso de producción de la capital brasileña, en lugar de inaugurar una "era de la modernidad" en Brasil, como un momento histórico de ruptura, es más caracterizado por un tono de conservación de las características socio-políticas dominantes del pasado del país. Para desarrollar tal argumento, fue realizado un análisis de los conceptos de modernidad, modernismo y modernización, con el fin de justificar teóricamente el propósito de reinterpetación ensayística del fenómeno en cuestión. La dinámica del proceso histórico de producción de la ciudad de Brasília señala que la promoción de cambios más radicales en la sociedad brasileña es diminuta, provocando que la modernidad pierda su relevancia en términos analíticos. Al final, se tuvo como objetivo presentar posibles caminos para extender las reflexiones teóricas y de pesquisa en el campo de la Administración, con especial énfasis en la Administración Pública.

Palabras clave: Administración pública; Producción social del espacio; Modernidad; Estado y sociedad; Brasilia.

1 INTRODUÇÃO

Brasília, a atual sede dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da República Federativa do Brasil, foi inaugurada no dia 21 de abril de 1960 pelo presidente Juscelino Kubitschek (JK), tornando-se a terceira capital na história brasileira. A efetivação da mudança da capital federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central foi um dos principais projetos conduzidos pelo governo do presidente JK. Criar uma nova cidade para sediar o Governo Federal do Brasil ocupava uma posição central no Plano de Metas de JK e na busca da concretização do seu lema de campanha durante as eleições à época: *50 anos em 5*.

Desde a sua inauguração, mais do que uma cidade desenhada para ser urbanisticamente¹ funcional – por meio do esforço ímpar dos projetos elaborados por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer – ou representar uma mudança para o interior – em um local geograficamente central do País, supostamente neutro e desvinculado da influência histórica do Rio de Janeiro (BOMENY, 1991) –, a nova capital deveria simbolizar, inequivocamente, segundo seus idealizadores, a entrada da nação brasileira em uma *era da modernidade* (HOLSTON, 1984; BOMENY, 1991). Em outras palavras, a transferência dos poderes federais para Brasília deveria promover uma ruptura com o passado, guiando o País rumo a uma nova era de desenvolvimento econômico e social.

Passado mais de meio século da inauguração da nova capital, todavia, o sucesso desse projeto permanece envolto em controvérsias. Canzian (2006) classificou, por exemplo, como “[...] um erro histórico mandar nossos políticos para tão longe do morro e do asfalto”. Segundo esse jornalista, a capital é distante e choca pelas disparidades socioeconômicas ao ser comparada com o restante do País, o que reforça a ideia de que o distanciamento favorece a desvinculação entre a agenda de trabalho dos políticos, em Brasília, e as necessidades a serem supridas nas demais regiões do Brasil. Por outro lado, os defensores da mudança alegam, entre outras razões, que a interiorização da capital foi importante marco histórico para a promoção do desenvolvimento da região Centro-Oeste e, por conseguinte, do País (PENNA, 2002).

O presente ensaio tem como objetivo argumentar que o processo de produção social de Brasília, em vez de inaugurar uma era da modernidade no Brasil, como um momento de ruptura com o passado, pode ser interpretado mais como um fenômeno de manutenção de características sociopolíticas vigentes sendo mais bem associado ao ideário modernista e da modernização. Dessa forma, ao invés de marcar uma ruptura no persistente caráter

¹ Urbanismo é entendido, para fins deste ensaio, como pertencendo [...] “à tradição do saber arquitetônico” (SOUZA, 2001, p. 56), ou seja, o conjunto de conhecimentos técnicos desenvolvidos para lidar com aspectos funcionais e técnicos do espaço urbano.

excludente do País (FAORO, 1992; 2000), como os seus idealizadores propunham (CAVALCANTI, 2006), argumentamos que o processo de produção do espaço organizacional de Brasília, assim como a sua consolidação como a nova capital, é marcado por um tom conservador, no qual sobressai a manutenção do protagonismo de grupos dirigentes na condução do processo.

Em termos acadêmicos, defendemos que duas dimensões epistemológicas importantes têm sido pouco tratadas por boa parte da produção acadêmica na área da administração, particularmente sob o enfoque da administração pública. A primeira é a dimensão histórica, fundamental para a produção de abordagens teóricas que minorem os riscos de universalismos abstratos e pretensamente neutros (BOOTH; ROWLINSON, 2006; COSTA; BARROS; MARTINS, 2010). A segunda diz respeito à relevância de elementos de produção social do espaço, que refletem o fato de as relações sociais não ocorrerem de forma desterritorializadas, mas em determinado(s) contexto(s) localizado(s) no tempo e no espaço (SANTOS, 1985), influenciando sobremaneira em aspectos simbólicos.

Para a elaboração do presente ensaio, propomos que a construção da nova capital federal e a sua correspondente consolidação como o centro do poder político nacional sejam analisadas criticamente a partir dos conceitos de modernidade, modernismo e modernização. Ao discutirmos esses três conceitos, que são aparentemente idênticos, mas que apresentam históricos e significados distintos, entendemos ser possível a operacionalização analítica do argumento defendido neste ensaio. Nesse sentido, como uma proposição de reinterpretação ensaística do fenômeno em questão, a discussão que se segue foi desenvolvida com o fito de enriquecer conceitualmente o ensaio, evitando o risco de se realizarem análises históricas destituídas de teoria (BOOTH; ROWLINSON, 2006).

Após essa breve introdução, o ensaio foi subdividido em mais cinco seções. Na primeira, analisamos os conceitos modernismo, modernidade e modernização para mostrar que esses conceitos não são universais e destituídos de história, sendo conceitos geograficamente e historicamente localizáveis. Em seguida, são examinados os esforços para que a interiorização da capital tomasse força a partir da construção de Brasília, ressaltando diversos níveis de análise relacionados a esse processo. Nas duas seções subsequentes, questões simbólicas são debatidas para contextualizar a análise, não como acontecimentos lineares, mas como complexas redes de relações sociais em termos históricos. A última parte apresenta considerações e sugestões de pesquisas futuras a serem desenvolvidas na área da administração pública.

2 MODERNIDADE, MODERNISMO E MODERNIZAÇÃO

Modernismo, modernidade e modernização estão entre os conceitos mais debatidos no âmbito das ciências sociais, inclusive na área da administração (ADAMS, 1992; COOPER; BURRELL, 1988; RIGGS, 1997). Apesar das interconexões e da aparente similaridade entre esses termos, eles têm diferentes históricos, conotações e conceitualizações, tanto na teoria, quanto na prática, que necessitam ser consideradas para fins da análise proposta neste ensaio. Esse esclarecimento é importante visto que, uma vez que não há consenso acerca de tais conceitos, definições relativas aos domínios de cada uma delas são imprescindíveis para que se estabeleça uma análise mais precisa das interpretações aqui propostas.

Modernidade é, habitualmente, tida como um marco que permite a periodização de uma nova era, ou seja, a demarcação de uma distinção entre períodos históricos no tempo (ADAMS, 1992; VENN; FEATHERSTONE, 2006). A emergência da era da modernidade estaria caracterizada pelo surgimento de novas ideias, práticas e conceitos, de uma nova época, considerada *moderna*, em contraposição ao *antigo* e *tradicional*, tidos como antiquados e ultrapassados. Os ideais da razão, da liberdade e do progresso são algumas das novas concepções sociais que permitiriam, nessa lógica, romper com as bases dos valores sociais e políticos dos períodos predecessores (HABERMAS, 1981).

A noção de modernidade, considerada como simples periodização, todavia, é alvo de críticas, especialmente quanto à sua fundamentação (SANTOS, 2004; VENN; FEATHERSTONE, 2006). Em primeiro lugar, as análises com essa orientação tendem a reordenar os eventos históricos em um sentido linear, ou seja, compreendem e (re-)interpretam a história como um conjunto de eventos contínuos que evoluíram progressivamente em uma direção única: a modernidade. Essa postura faz com que os processos de rupturas, conflitos e fragmentações internas, inerentes à modernidade, tão importantes quanto a ruptura das condições históricas precedentes, sejam escamoteados em prol de uma pretensa coerência em sua racionalidade como uma era (HARVEY, 1992). Nas palavras de Santos (2004, p. 787), os defensores da modernidade acabam por defender a ideia de que

[...] a história tem sentido e direcção únicos e conhecidos. Esse sentido e essa direcção têm sido formulados de diversas formas nos últimos duzentos anos: progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização. Comum a todas estas formulações é a ideia de que o tempo é linear e que na frente do tempo seguem os países centrais do sistema mundial e, com eles, os conhecimentos, as instituições e as formas de sociabilidade que neles dominam. [...] É nos termos desta lógica que a

modernidade ocidental produz a não-contemporaneidade do contemporâneo, a idéia de que a simultaneidade esconde as assimetrias dos tempos históricos que nela convergem.

A definição de um ponto de referência que possa ser considerado como o início da modernidade também ilustra algumas das críticas relativas a esse conceito. Para Habermas (1981), o início da modernidade, ao que ele se refere como *projeto da modernidade*, está intimamente relacionado a um esforço de cunho intelectual que pode ser datado a partir do século XVIII, no qual há a construção de uma nova racionalidade empreendida pelos filósofos Iluministas europeus.

The project of modernity formulated in the 18th century by the philosophers of the Enlightenment consisted in their efforts to develop objective science, universal morality and law, and autonomous art, according to their inner logic. At the same time, this project intended to release the cognitive potentials of each of these domains to set them free from their esoteric forms. The Enlightenment philosophers wanted to utilize this accumulation of specialized culture for the enrichment of everyday life, that is to say, for the rational organization of everyday social life (HABERMAS, 1981, p. 9).

Esse projeto de modernidade estaria alicerçado no ideal de que a emancipação humana seria possível por meio do acúmulo de conhecimento gerado pelo saber científico; que a ciência diminuiria a dependência e protegeria a humanidade das arbitrariedades da natureza e que o desenvolvimento de formas racionais de organização social promoveria a libertação das *irracionalidades* do mito, da superstição e da religião (HARVEY, 1992). Pela magnitude do esforço iluminista, o projeto incorporou contornos de moralismo e universalismo, de tal modo que modernidade deveria ser considerada um fenômeno *essencialmente* (e quase que exclusivamente) europeu (FAORO, 1992; HABERMAS, 1981; HARVEY, 1992).

Não há dúvidas de que, para diversos grupos sociais na Europa, essa noção de modernidade significou um amplo movimento de ruptura histórica e de mudanças das estruturas sociais existentes durante o período medieval, o que contou com um envolvimento intenso das pessoas nesse continente (FAORO, 1992; QUIJANO, 1993). A Revolução Francesa e a Revolução Industrial foram, por exemplo, partes desse extraordinário processo de mudanças sociopolíticas responsáveis por profundas alterações nas estruturas das relações de poder no contexto europeu.

Para alguns dos críticos dessa noção baseada no Iluminismo, entretanto, a modernidade só deveria ser considerada possível, tanto como fenômeno histórico, quanto

como conceito, na medida em que a Europa pode firmar-se como *o centro* do processo de constituição de uma história mundial (DUSSEL, 1993). Mais especificamente, países europeus passaram a se entender e a se afirmar como sendo *mais desenvolvidos* e *superiores* dentre todos os demais países no mundo. Para justificar, porém, tal posição, era necessário a criação de um *outro*, ou seja, que se atribuísse a outras sociedades um desenvolvimento mais retardatário, do ponto de vista europeu, e, nesse sentido, *pré-moderno*. Portanto, esse processo necessitava da existência ou da construção de uma *periferia*, constituída de não-europeus, como um sistema que circunda e se relaciona com esse *centro* (QUIJANO, 1993).

O período das grandes navegações, nos séculos XV e XVI, marcou o começo de um intenso processo de colonização de países europeus em diversos territórios na África, Ásia e nas Américas. A partir desse momento, em que o Ocidente (particularmente a Europa) passa a se auto-afirmar como *o centro* do mundo, também é inaugurada, para alguns, a modernidade como um conceito e como prática (DUSSEL, 1993) não limitados apenas como uma demarcação de distinção entre períodos históricos. A partir desse ponto, há uma radical transformação da racionalidade, da economia, da política, da cultura e nas relações sociais no contexto europeu, quando o Novo Mundo passa a representar não apenas a descoberta de novas terras, mas uma promissora época de novas oportunidades nos âmbitos econômico, espiritual, político e religioso entre outros.

Se a modernidade pode ser definida como uma forma de periodização, o modernismo é mais bem compreendido como um movimento, ou melhor, como um conjunto de movimentos culturais que surge, necessariamente, em um contexto influenciado por uma noção de modernidade (COOPER; BURRELL, 1988; HARVEY, 1992). Apesar de não haver uma manifestação que possa ser indicada ou considerada como *a origem* dessa ampla e difusa forma de manifestação social, sua consolidação está relacionada aos filósofos iluministas e a apreciação da razão como um valor mais elevado na constituição humana (LOVENSON, 2005).

O modernismo, como conceito, envolveu várias áreas do conhecimento, como artes, arquitetura, filosofia, literatura, música e sociologia entre outras. Suas manifestações estiveram vinculadas, principalmente no século XIX, a provocações e a radicais contraposições às normas vigentes (HARVEY, 1992). Representações de beleza, do corpo humano, da continuidade da forma, do progresso, dentre outras, são algumas das normas vigentes que foram desafiadas pelos movimentos modernistas (LOVENSON, 2005).

Os adeptos do modernismo buscam *desvelar* o universal e o eterno em suas obras, em que a razão universalista era tanto uma inspiração como um fundamento basilar. Os

modernistas tentam representar, por meios de conceitos e pela sua estética, formas que revelassem a “[...] verdadeira natureza de uma realidade subjacente unificada” (HARVEY, 1992, p. 28), mesmo que, para isso, tenham que adotar certo perspectivismo e um relativismo, o que torna paradoxal a própria crença na razão e no modo racional de apreender e de representar o mundo. De todo modo, o desenvolvimento do modernismo está intimamente associado às próprias controvérsias inerentes ao seu surgimento em seus diversos contextos e situações históricas.

Por fim, modernização reflete um conjunto de imagens de mudança social que se direcionam a uma “[...] melhora com relação ao passado” (EYOH, 2005, p. 1.485). Essa noção de *melhora* está balizada, em particular, ao percurso do desenvolvimento histórico europeu que, como já foi afirmado, entende que o caminho da modernidade passa pelo postulado da (suposta) superioridade da Europa frente às demais sociedades (DUSSEL, 1993; QUIJANO, 1993). Construiu-se, assim, a noção de que todos os demais países e culturas do mundo deveriam seguir o mesmo caminho de desenvolvimento europeu (DUSSEL, 1993). É por esse motivo que Faoro (1992) afirma que ocidentalização, europeização, industrialização, via prussiana, revolução do alto, revolução de dentro são algumas das formas alternativas de denominar esse mesmo fenômeno.

O conceito de desenvolvimento como indutor do processo de modernização passa a ganhar proeminência, particularmente no âmbito da política mundial, a partir do final da Segunda Grande Guerra Mundial (FAORO, 1992). Adotando uma narrativa de progresso evolucionário, a teoria de modernização, desde então, passa a preconizar que, por meio da adoção dos pilares institucionais da industrialização e do Estado-nação, espelhados em países europeus e nos EUA, seria possível promover transformações sociais necessárias ao desenvolvimento das sociedades tidas como retardatárias ou subdesenvolvidas (ESCOBAR, 1995; EYOH, 2005).

Uma das características da modernização é que, diferentemente das transformações ocorridas na Europa e em outros países considerados centrais, ela não vem ocorrendo como um amplo movimento de rupturas e de mudanças radicais na sociedade (FAORO, 1992). Enquanto se verificou a participação de diversas classes sociais no contexto europeu para impulsionar os processos de mudanças sociopolíticas, é possível argumentar que, na modernização, apenas as classes dirigentes se mobilizam para direcionar os rumos das novas agendas políticas. Nesses termos, a modernização é fruto de esforços de grupos ou de

coalizões dominantes, que buscam, seja pela ideologia, seja pela coação, condicionar os rumos das mudanças.

Quando ela, a modernização, se instaura, como ação voluntária, quem a dirige é um grupo ou classe dirigente com muitos nomes e de muitas naturezas que, na verdade, não reflete passivamente a sociedade sobre a qual atua. Tal grupo, para mudar o que não vai, ao seu juízo, bem, começa por dissentir da classe dirigente tradicional. O desvio, entretanto, não altera a pirâmide social, nem os valores dominantes. (FAORO, 1992, p. 9)

Em virtude dessa concepção majoritariamente unilateral de impulsão do desenvolvimento – em que não há um amplo envolvimento das diferentes grupos sociais e classes da sociedade –, a iniciativa promovida pelos grupos dominantes é praticamente soberana. Essa natureza peculiar da modernização é alvo de severas críticas nas quais se destaca a ideia de que essa concepção é potencialmente mais parte do problema do que da solução das dificuldades socioeconômicas de países considerados menos desenvolvidos (ESCOBAR, 1995; QUIJANO, 1993). Isso se deve, mormente, porque a modernização tende a reproduzir a histórica dependência dos países periféricos em relação aos países centrais (DUSSEL, 1993).

Com base nos três conceitos acima desenvolvidos, o ensaio argumenta que a transferência da capital federal, em vez de representar uma ruptura com o passado, tornando-se um marco que inauguraria a modernidade no Brasil, pode ser mais bem compreendida como uma etapa do processo de modernização nacional, que foi embasada e impulsionada pelo ideário modernista, em voga naquele momento. Assim, a construção de Brasília, por um lado, esteve associada à manutenção do *status quo* e, por outro lado, demonstrou que rupturas são possíveis no decorrer desse processo.

3 ALGUNS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL

A construção de Brasília e a transferência da capital foram, antes de tudo, ações políticas (CAVALCANTI, 2006). O senso comum deposita na figura de JK um grande peso nesse processo. De fato, a Presidência da República, à época, encarregou-se de produzir um documento oficial com artigos, entrevistas, dispositivos legais e discursos presidenciais, no qual descreve a cronologia dos acontecimentos que culminaram com a construção da nova capital.

A versão oficial apresentou os fatos históricos de forma sequencial e evolutiva, como se o desenlace tivesse resultado de um processo natural e progressivo. Nesse sentido, Lopes

(1996) compara o presidente com o *Moderno Príncipe*, de Antonio Gramsci. Segundo este filósofo e cientista político, o Estado, simbolizado pelo governo, impõe a sua autoridade fundamentando-a nas razões soberanas do *Príncipe*. "A figura do presidente da República foi o centro das decisões, de acordo com o estilo imperial brasileiro e latino-americano, onde o [...] decide e impõe o que pensa aos aparelhos de Estado" (LOPES, 1996, p. 56).

Por outro lado, a proximidade dos quartéis tornara o Rio de Janeiro uma cidade perigosa, particularmente para JK, em um contexto envolto por ameaças de golpe militar. Além disso, as intrigas da corte e o suicídio de presidente Getúlio Vargas, em 1954, indubitavelmente influenciaram JK. No entanto, para abarcar a complexidade que esse episódio da história nacional encerra, entendemos ser importante retroceder na história e tecer algumas considerações sobre o período que se inicia com a transmigração da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, o que ajuda a compreender algumas das ocorrências das décadas de 1930 a 1960.

O projeto de transferência da capital brasileira para o interior do País foi proposto pelo Marquês de Pombal e por José Bonifácio de Andrada e Silva (DANTAS, 2004). Na ocasião, a medida visava precipuamente a dois objetivos: intensificar o povoamento no interior do País e proteger a capital contra as tentativas de invasão litorânea estrangeira (PENNA, 2002). Como consequência, a primeira constituição nacional, de 1824, considerou o alvitre da transferência. Não tendo sido levada a efeito, as constituições seguintes (1891, 1934 e 1937, respectivamente,) mantiveram a proposta, que somente se concretizou 136 anos depois da primeira previsão constitucional. Fica evidente, destarte, que os motivos determinantes para a realização da transferência tiveram menos a ver com os fundamentos legais e mais com uma série de outros fatores responsáveis por uma conjuntura favorável à mudança.

Inicialmente, portanto, a proposta de interiorização da capital vincula-se à época da Independência do Brasil. Indo mais além, a ideia de integração do País, como um projeto de nação unitária, pode ser relacionada com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil em 1808 – em virtude da invasão de Portugal por forças napoleônicas –, ao que Dias (1972) chamou de *interiorização da metrópole*. A tese da historiadora postula que o processo de independência do Brasil, ao invés de ser marcado pela formação de uma nacionalidade brasileira e de uma ruptura com Portugal, pode ser mais bem caracterizado como uma continuidade dos interesses das elites na, então, colônia (ver também FAORO, 2000). Apesar disso, a chegada da Corte portuguesa representou um momento histórico distinto, a partir da qual foram encetados esforços para promoção da integração nacional, por meio de medidas como

abertura de estradas, melhorias na comunicação entre as capitanias, aumento do comércio interno e povoamento do interior do País (DIAS, 1972).

Contudo, não foram apenas as melhorias de infraestrutura que marcaram o início da interiorização da metrópole. O processo de enraizamento do Estado português, decorrente da vinda da Corte, teve papel marcante para o início da transformação da colônia (DIAS, 1972) – uma decorrência das Guerras Napoleônicas. A permanência da Corte no Brasil e a subsequente necessidade de manter uma continuidade na sua estrutura política criaram um contexto propício para o início efetivo de uma maior ocupação do interior do território brasileiro, principalmente na região Centro-Sul.

Neste ensaio, defendemos que há importantes similaridades entre o processo de interiorização da metrópole, postulada por Dias (1972), e o da interiorização da capital, em termos da integração do País e da busca de uma unidade nacional. A *interiorização da capital* federal brasileira pode ser associada ao ciclo que se iniciou em 1930 e que se encerrou em 1954 – compreendendo, portanto, o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945), o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1951) e o segundo governo de Vargas (1951 a 1954) –, período em que a integração nacional ocupou uma posição de destaque na pauta política no Brasil. Esse foi um momento decisivo para que se criassem condições à concretização do projeto da transferência da capital e à ocupação da região Centro-Oeste brasileira. Ao longo desses vinte e quatro anos, consolidou-se o modelo de direção econômica estatal e foram geradas as bases para o desenvolvimento industrial e para a consolidação do capitalismo no Brasil (JAGUARIBE, 1972).

Ressaltamos, contudo, que o ritmo das mudanças não foi o mesmo ao longo dos três governos. Se a gestão de Getúlio Vargas imprimiu um ritmo acelerado ao desenvolvimento da industrialização e à solidificação das bases capitalistas no País, o governo Dutra promoveu um avanço mais lento, que não visava a uma transformação tão radical do panorama econômico nacional. O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), por sua vez, representou uma mudança importante se comparado aos seus antecessores, particularmente no tocante à participação do Estado na condução das atividades econômicas. Sob a vigência do Plano de Metas, JK conjugou, de forma inaudita até então, o grande capital internacional, a iniciativa privada nacional e o setor público. Draibe (1985, p. 242) analisa este ponto.

No desenho dos novos blocos setoriais de investimento, comandados pela empresa estrangeira, oferecia-se ao capital nacional uma nova fronteira de acumulação a taxas de lucro elevadas. [...] Ao capital estrangeiro, por outro

lado, o governo oferecia uma generosa gama de incentivos, isenções, facilidades de importação de equipamento etc., através dos quais negociava as condições de entrada e associação com o capital nacional [...]. A expansão e criação das empresas públicas, como forma mais flexível, descentralizada e conveniente do ponto de vista do financiamento, constituiu e viabilizou, de maneira programada, a base material mínima para a implantação e posterior sustentação das operações correntes dos novos blocos industriais.

Para superar os entraves a que estaria exposto, o governo criou uma estratégia peculiar de administração e coordenação dos investimentos públicos e privados, sustentada principalmente pela retórica do otimismo e do progresso. Tal estratégia incluiu a montagem de uma estrutura paralela de poder, com o objetivo de garantir agilidade e de evitar atritos na execução dos investimentos públicos. A esse respeito, Draibe (1985, p. 245) ressalta que “[...] a opção reiterada pelas soluções mais convenientes, de menor resistência; ainda que isto remetesse a expedientes pouco ortodoxos, ajustes marginais, esquemas provisórios [...], permitia que o avanço do investimento público e da regulação do investimento privado se efetuasse dentro do vetor conciliatório”.

É relevante ressaltar que um traço marcante da postura política de JK era o do perfil conciliador. Vários autores destacam a sua habilidade política para explicar a notável estabilidade alcançada em seu governo. Jaguaribe (1972, p. 199), por exemplo, afirmou que

[...] o governo Kubitschek adotara uma dupla política de adiamentos: uma de ordem estratégica, e outra de ordem tática. Esta última se revelou de maneira mais inequívoca por ter sido aplicada no final do mandato com o objetivo de transferir os problemas pendentes acumulados para a administração seguinte. Aquela, porém, constituía a própria base da concepção que tivera do desenvolvimento o Presidente Kubitschek, e foi o motivo pelo qual esta concepção se esvaziou de conteúdo ao findar o seu governo. Este adiamento estratégico consistia, em última análise, na negociação de um armistício com as forças reacionárias, deixando intactos os alicerces de seu poder – o regime de propriedade e de exploração do complexo rural agrícola – em troca de sua tolerância para a execução do Programa de Metas.

Essas características da postura política de JK, quais sejam, evitar conflitos, adiar reformas administrativa, tributária, fiscal e financeira em profundidade e criar uma estrutura alternativa e informal para a consecução de seus objetivos pessoais, coadunam-se e, mesmo, entrelaçam-se com a ideologia do desenvolvimentismo e com o ideário do modernismo. Esse arranjo foi imperativo para sustentar e justificar a interiorização da capital no Planalto Central.

No final da década de 1950, anunciava-se uma crise do Estado e a exaustão desse modelo, cujas consequências seriam sentidas intensamente no governo subsequente. Na

esfera financeira, a incapacidade do Estado de fazer frente às despesas tornou necessárias emissões monetárias para garantir o fluxo de investimento estatal, o que causou um severo aumento inflacionário nos anos subseqüentes, é o que vemos na tabela 1.

Tabela 1

| Ano | Inflação |
|------|----------|
| 1960 | 25% |
| 1961 | 43% |
| 1962 | 55% |
| 1963 | 81% |

Fonte - Adaptado de Alencar et al., 1979, p. 306.

O endividamento externo, outra fonte de recursos, passou dos US\$ 2,367 bilhões, antes do governo JK, para US\$ 3,802 bilhões após o seu mandato (ALENCAR, RAMALHO e RIBEIRO, 1979). Esse aumento de 60%, que ocorreu em um período de pouco menos cinco anos, mostra a voracidade das necessidades financeiras para a execução dos projetos do governo.

A teoria do crescimento econômico de longo prazo indica quais são as consequências da acumulação sucessiva de déficits orçamentários. Quando um governo gastar sistematicamente mais do que arrecada, acabará por reduzir a poupança pública e conseqüentemente a poupança nacional, causando a elevação da taxa de juros e a redução do investimento. Os efeitos da redução do investimento não serão imediatos, mas afetarão as gerações seguintes. A esse propósito, Mankiw (2004, p.145) afirma que

Quando o gasto do governo supera a receita, diz-se que há um déficit orçamentário, que representa uma poupança pública negativa. [...] um déficit orçamentário aumenta as taxas de juros e desloca o investimento; a redução importante de estoque de capital é parte do fardo da dívida nacional com as futuras gerações.

Além da crise financeira, durante a administração JK, ocorreu um agravamento das assimetrias socioeconômicas, em virtude do caráter concentrador do processo de industrialização implantado. Nesse período, é possível observar um nítido descompasso entre o crescimento do salário mínimo nacional, da produtividade da indústria e dos lucros dos industriais. Segundo Alencar, Ramalho e Ribeiro (1981), no período entre os anos de 1955 a 1959, os lucros industriais aumentaram em média 76%, enquanto a produtividade aumentou 35%. O salário-mínimo, nesse mesmo período, aumentou apenas 15%, evidenciando as deficiências na distribuição da renda gerada nesse processo.

Ademais, o novo perfil da indústria nacional passou a exibir também uma internacionalização extrema em vários setores, é o que mostra a tabela 2.

Tabela 2

Controle industrial pelo capital estrangeiro

| Setor industrial | Capital estrangeiro |
|------------------|---------------------|
| Tratores | 99,8% |
| Automobilística | 98,2% |
| Cigarros | 85% |
| Farmacêutica | 88% |
| Eletricidade | 82% |
| Máquinas | 70% |
| Química | 76% |

Fonte - Adaptado de Alencar, Ramalho e Ribeiro 1979, p. 304.

Torna-se patente, destarte, a magnitude do papel do capital internacional no projeto de desenvolvimento econômico brasileiro, em detrimento da participação da indústria nacional. Por outro lado, o vulto dos projetos postos em andamento, em particular o da construção da nova e faustosa capital, as denúncias de corrupção e as críticas quanto ao insulamento dos governantes em relação à opinião pública foram objeto de intenso debate à época, especialmente por meio da imprensa do Rio de Janeiro, sede da antiga capital.

4 A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTISMO

O projeto de interiorização da capital federal acabou se consolidando favoravelmente com a inauguração de Brasília e a gradativa transferência das atividades administrativas e governamentais do Rio de Janeiro para a nova capital (PENNA, 2002). Para tanto, o desenvolvimentismo, associado à disseminação da noção de modernização em voga após a Segunda Guerra (EYOH, 2005), revelou-se uma sustentação ideológica potente, cativante e consistente com o modo pelo qual essa transição ocorreu no Brasil. O *progresso evolutivo* pode ser considerado, nos moldes da modernização preconizada pelos países tidos como centrais, como um dos referenciais basilares para as mudanças a serem propostas no Brasil dessa época.

Cardoso (1978) examina o processo de construção ideológica do desenvolvimentismo de JK sob quatro categorias analíticas. Primeiramente, a autora destacou que a preocupação central de JK era eminentemente de cunho econômico (CARDOSO, 1978). Ele creditava ao

crescimento da produção industrial, ao desenvolvimento da infraestrutura e ao aumento do consumo o condão de produzir os ganhos sociais desejados para proporcionar o aumento do nível de vida da população. Com o crescimento da economia, supunha-se que a melhoria no padrão de vida da sociedade decorreria de forma natural.

Em segundo lugar, a importância da miséria, que grassava, tanto na crescente massa de trabalhadores urbanos, quanto na população rural, foi solenemente minimizada pelo governo, que apostava na sua erradicação como efeito do progresso. Acreditava-se, como demonstram fragmentos das Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento de JK, que “[...] o desenvolvimento econômico terá como consequência a eliminação da pobreza” (CARDOSO, 1978, p. 96). Correspondentemente, a pobreza foi tratada como um elemento abstrato, “[...] como um dado que a realidade mostra” (CARDOSO, 1978, p. 125), captando-se apenas a frieza dos números. Não havia a intenção de discutir suas causas, a dinâmica das relações sociais e os caminhos para a redução da iniquidade decorrente da intensa diferenciação dos assalariados urbanos.

Em terceiro lugar, a presença constante do conceito da ordem, concomitantemente às propostas de prosperidade econômica e às promessas de um destino grandioso para a nação. Para Cardoso (1978, p. 97), os três elementos – prosperidade, destino e ordem – estiveram intimamente ligados: “[...] o processo que os assegura é um só: ele gira em torno da prosperidade, e como é nosso destino alcançá-la, o percurso se fará em paz, fortalecendo, assim, a ordem e ampliando as suas condições de vigência”. A autora reforça a relevância desse fator quando acrescenta que a ordem era tida como um dado e que “[...] mesmo o esforço de desenvolvimento visa garanti-la” (CARDOSO, 1978, p. 97).

Finalmente, no campo da educação, o governo adotou uma postura altamente pragmática. Se o aumento da produtividade era imperativo, o desenvolvimento da capacitação tecnológica dos trabalhadores igualmente o era. A estrutura do ensino deveria concentrar-se, desse modo, na qualificação técnica considerada essencial ao desenvolvimento. Assim, a escola reduziu a ênfase nas questões de cunho acadêmico e nas disciplinas humanísticas e voltou-se às de caráter técnico ou científico.

Essa visão utilitarista da educação gerou consequências que não devem ser desprezadas. Partindo-se do entendimento vigente à época de que o talento individual era o responsável pelo grau de escolaridade a ser alcançado, fica evidente que somente os tecnicamente mais aptos lograriam acesso ao nível universitário. Em outras palavras, a reformulação das bases do ensino tinha como pressuposto que um contingente expressivo de

alunos cursasse apenas a escola primária e ingressasse precocemente no mercado de trabalho para engrossar as fileiras do proletariado urbano em expansão.

A gravidade da situação educacional na ocasião era considerável. Registre-se que o percentual de analfabetos, no último ano do governo de Juscelino, atingia 39,35% da população com idade superior a 15 anos (BOMENY, 2007). Acima de tudo, essa proporção de iletrados fornece indícios das dificuldades de se falar em desenvolvimento e modernização. A propósito,

[...] se esta política educacional vai levar a que cada vez menor número de jovens consiga, relativamente falando, acesso ao nível superior de ensino – em que se desenvolve, ainda que precariamente nas condições da Universidade do subdesenvolvimento, a capacidade de crítica e de análise global e em que se abrem as perspectivas para transcender a simples técnica de grau médio – não é problema que a ideologia do desenvolvimentismo levante. Ela absolutamente não está preocupada com questões que vão além das necessidades práticas que o desenvolvimentismo coloca, nem mesmo no que concerne à educação (CARDOSO, 1978, p. 222).

A ideologia do desenvolvimentismo, dessa forma, não se pautava pelo envolvimento da sociedade, de forma mais ampla e conjunta, nas transformações a serem empreendidas com a mudança da capital, *vis-à-vis* aos impactos sociais delas decorrentes. Impulsionado por uma influência da perspectiva da modernização, grupos dirigentes assumiriam maior protagonismo na condução das mudanças, o que privilegiaria, majoritariamente, os setores dominantes. Devido ao caráter unilateral da modernização (FAORO, 1992), as classes sociais menos favorecidas não lograram alcançar uma modificação efetiva de suas condições materiais, políticas, educacionais e culturais, como pressuporia a noção de modernidade.

5 A IDEOLOGIA DO MODERNISMO

A partir do final da década de 1920, quando os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) passaram a influenciar a teoria, a prática e a difusão de uma perspectiva específica de urbanismo pelo mundo, o modernismo passou a ocupar um espaço político relevante em diferentes países. No Brasil, esse movimento inspirou sobremaneira uma geração inteira de arquitetos, tais como a elaboração dos projetos urbanísticos de Lúcio Costa e nas obras arquitetônicas de Oscar Niemeyer (CAVALCANTI, 2006).

O ideário do movimento modernista propunha, no âmbito do urbanismo, uma vinculação inquebrantável entre o urbanismo moderno e mudanças sociais. As premissas desse movimento modernista, centrado no CIAM, e que influenciou a criação do projeto de Brasília, se fundamentam nos seguintes elementos (HOLSTON, 1984, p. 21):

[...] (1) its anti -capitalist/egalitarian basis; (2) its "machine metaphor"; (3) its redefinition of the social "functions" of urban organization; (4) its development of revolutionary building typologies and planning conventions as instruments of social transformation; (5) its environmental determinism and anti-contextuality; and (6) its reliance on state authority, "total planning" and the "techniques of shock" to realize its objectives of social change.

A análise de tais premissas revela fortes inter-relações e complementaridades entre elas. A metáfora da máquina coaduna-se com a definição de funções sociais e com o desenvolvimento de mecanismos universalistas que, centrados numa perfeita lógica mecanicista, prescindiriam da compreensão do contexto social em que os projetos urbanísticos seriam implementados. Tudo sob a égide do determinismo do meio sobre o(s) indivíduo(s) e na crença inquestionável da capacidade técnica dos projetos urbanísticos como meios, por si mesmos, de promoção de mudanças sociais consistentes na sociedade. Dessa forma, esse movimento considera o urbanismo como sendo um dos principais meios para se alcançar a solução dos problemas da coletividade. Além disso, parte-se do pressuposto de que as necessidades humanas seriam as mesmas em todos os lugares – o que ajuda a explicar a proposta de "[...] uma solução padronizada para o equipamento urbano de todo o mundo [...] e que não] foram consideradas as peculiaridades do desenvolvimento histórico de cada região" (LOPES, 1996, p. 24).

As premissas acima destacadas têm elementos que, de certa forma, as tornam pretensiosas e convenientes para propósitos autoritários, a despeito das próprias intenções dos adeptos dessa corrente modernista. A ideia de um *planejamento total*, que prescinde de qualquer participação da população, tem se mostrado uma ambição pouco plausível na prática (QUIJANO, 1993). Tudo se passa como se fosse possível abranger cabalmente a vida de uma cidade em um simples projeto, como se na prancheta de um arquiteto coubesse toda a complexidade inerente ao convívio de milhares (ou milhões) de pessoas reunidas em um espaço urbano.

Desconsideram-se, dessa forma, dois aspectos cruciais. Em primeiro lugar, o fato de que as coletividades humanas são diferentes, têm necessidades e anseios distintos e que,

portanto, demandam, consomem e se satisfazem de maneiras diversas. A adoção monolítica do urbanismo modernista e de suas soluções generalizantes e deterministas excluem as possibilidades de outras concepções urbanísticas e impede a representação de tendências arquitetônicas diversas. Em segundo lugar, não devem ser desconsideradas as particularidades do contexto de cada região e de cada momento na história, porquanto a sociedade se encontra em um processo de permanente mudança. Assim sendo, a aspiração do ideário modernista de engendrar uma cidade ideal e definitiva é, no mínimo, discutível. Finalmente, tais premissas não coadunam com o princípio democrático da participação popular,² no momento em que os formuladores dos projetos modernistas avocam o direito de conceber um modelo de urbanismo totalizante, excluindo-se a participação da maior interessada no assunto: a sociedade.³ Age-se como se a simples configuração urbanística tivesse o condão de realizar as mudanças nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas requeridas na sociedade, sem a necessidade de se consultarem os interesses daqueles que irão habitar as cidades.

Contudo, não é correto afirmar que a perspectiva modernista do CIAM foi simplesmente replicada no Brasil. Cavalcanti (2006) argumenta que o modernismo no urbanismo, no País, apresentou características específicas que a diferenciavam do movimento europeu. Uma dessas características foi o forte patrocínio do Estado na consolidação de um modernismo brasileiro que, com a demanda estatal por prédios, monumentos e mesmo de cidades, garantiu uma área de atuação aos arquitetos modernistas. No âmbito político, o modernismo brasileiro serviria ao objetivo de aliar renovação política e arquitetônica: “[...] a construção de uma nova estética simbolizaria a autonomia técnica brasileira, a sua gestão e um caminho exemplar para o desenvolvimento posterior do país” (CAVALCANTI, 2006, p. 197).

Seguindo a ideologia do modernismo, o movimento modernista brasileiro também buscou “[...] construir um movimento de ruptura com a história e tradição anteriores” (CAVALCANTI, 2006, p. 230). A qualidade da produção estética e arquitetônica desse movimento também não deve ser questionada, uma vez que há um grande reconhecimento de sua vitalidade. Todavia, o caráter segregante propiciado pela monumentalidade existente nas obras passou a tomar relevo, a ponto de a “[...] idealização de um poder espetacular

² É necessário compreender, entretanto, que, no momento histórico em que Brasília foi projetada e construída, a participação da população, por exemplo, não era um elemento tido como relevante, uma vez que, nesse contexto, as perspectivas de concepção e de execução do planejamento urbano eram centradas em uma visão unilateral, na qual o processo de tomada de decisões era visto como sendo uma atribuição exclusiva do(s) planejador(es).

³ Críticas dessa perspectiva modernista de urbanismo foram criticadas no âmbito da área de arquitetura e urbanismo, fomentando o surgimento de abordagens que questionaram o modernismo e suas respectivas concepções e práticas de gestão e de planejamento urbano (SOUZA, 2001).

[contida no interím dessas obras] se prestou como uma luva para o uso autoritário que os militares dela fizeram” (CAVALCANTI, 2006, p. 222). Nesse sentido, pode-se afirmar que o modernismo se mostrou conveniente como sustentáculo do projeto da construção da nova capital: “[...] o modernismo arquitetônico serviu a governos, a economias e a sociedades conservadoras. As soluções para o espaço arquitetônico das maiorias foram facilmente conversíveis em adereços de projetos que, de fato, beneficiaram as minorias” (LOPES, 1996, p. 26).

O tempo se encarregou de quebrar a onipotência moderna de alterar a sociedade através da arquitetura e do urbanismo, do mesmo modo que indica terem os modernos criado um dos mais consistentes estilos de nossa história arquitetônica. [...] O que restou de Brasília e do seu plano reformador? Belos prédios, a consolidação de uma linguagem arquitetônica autônoma, a perda da onipotência transformadora moderna e uma capital que segue o seu rumo, com todas as vicissitudes e dificuldades de um país que ainda está à procura de seus melhores atributos e desempenho (CAVALCANTI, 2006, p. 223).

Utilizando-se de um tom áspero, ao debater a necessidade de mudanças na forma de definir as necessidades do povo e nas suposições sobre política e planejamento, Campos (1980, p. 29) afirma que “[...] os planejadores não podem presumir que são mais sábios e agir como se isso fosse verdade”. A proposição da autora não desaconselha o uso do conhecimento técnico e científico, cujo valor é incontestável, mas alvitra associá-lo à chamada sabedoria popular, de sorte que as partes afetadas sejam “[...] trazidas à condição de sujeito na atividade de planejamento e não mais meros objetos das decisões de política pública” (CAMPOS, 1980, p. 43). A constatação de que os sistemas de controle da burocracia estatal têm sido incapazes de conter, por si só, o uso arbitrário do poder sugere que a participação da sociedade civil organizada é vital na avaliação de políticas públicas:

O povo brasileiro mostra vocação maior para ser ajudado do que para exibir autoconfiança. Como conseqüência, abre os braços ao paternalismo, uma forma disfarçada de autoritarismo. A burocracia federal concede a si própria o direito de tomar decisões em nome das clientelas-alvo de seus programas (CAMPOS, 1990, p. 8).

A nova capital consolidou-se apenas no decorrer da ditadura militar brasileira, particularmente no governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Até então, Brasília permaneceu em uma situação indefinida. Cogitou-se, nesse período, o retorno da sede do governo à antiga capital. Nesse contexto, um acontecimento emblemático revela a importância do caráter político na mudança do centro de decisões nacional: o sequestro do

embaixador dos Estados Unidos no Brasil – Charles Burke Elbrick – nas ruas do Rio de Janeiro. O fato, que teve ampla repercussão internacional, serviu de catalisador para a consolidação da transferência. Além disso, a partir desse episódio, houve a obrigatoriedade, por parte de todas as representações estrangeiras, de se estabelecerem em Brasília. A nova capital, por sua vez, ficou entre as dez maiores cidades brasileiras onde as atividades da guerrilha urbana pouco se manifestaram (LOPES, 1996). Com o passar do tempo e com a emergência de uma nova conjuntura sociopolítica, as pretensões da ideologia modernista e do grandioso projeto político de JK acabaram por se esvaír.

6 CONCLUSÕES

Assim como análises do passado colonial e escravocrata ajudam-nos a entender a composição social contemporânea e a formação do Estado moderno brasileiro, a análise histórica da produção do social dessa cidade pode ser utilizada como instrumento para a reflexão do que pode representar a atual capital brasileira: os seus aspectos simbólicos no cenário nacional e internacional, sua dinâmica histórica como capital e as razões das discrepâncias da(s) sua(s) realidade(s) em relação ao projeto original.

Desde as raízes coloniais, atravessando a monarquia e chegando a um federalismo republicano fortemente centralizado, o Estado brasileiro tem sido incapaz produzir uma sociedade mais igualitária e democrática – a despeito de haver importantes avanços. As elites governantes, imbuídas da autoridade estatal, conseguiram manter sistematicamente seus interesses particulares sob o pretexto da ordem, da coletividade, do trabalho, da propriedade, enquanto alimentavam o imaginário popular com promessas de um destino grandioso para a nação.

O governo de JK trilhou um caminho similar: “[...] o período que coincide com a construção e consolidação de Brasília não difere substancialmente dos anteriores, no que se refere ao conteúdo antidemocrático das relações políticas entre a população e o governo” (LOPES, 1996, p. 61). No entanto, para que as pretensões de JK se verificassem, foi preciso convencer a todos da necessidade e inexorabilidade de suas decisões. Para tal, os dois conceitos abordados anteriormente – desenvolvimentismo e modernismo – serviram com efetividade.

Assim, se o objetivo foi o de concretização dos planos políticos por meio de expedientes realizados ao arpejo das práticas democráticas, o desenvolvimentismo, nos

moldes da modernização, apresentou-se como uma opção bastante apropriada. Havia conveniências no uso de políticas que se concentravam em metas objetivas e quantificáveis, como estatísticas econômicas ou obras de infraestrutura, e que desconsideravam discussões morais ou questões sociopolíticas. Ademais, essa opção teve forte apelo na sociedade, tanto no seio da burguesia industrial e dos latifundiários, quanto na classe média e no proletariado e ainda logrou conquistar a aprovação da maior parte da intelectualidade nacional. A resistência limitou-se a focos pontuais pelo País e setores da burguesia e da classe média carioca.

Por outro lado, as características deterministas e concentradoras das perspectivas modernistas, apoiadas principalmente na supremacia da autoridade estatal, ofereciam um arcabouço muito adequado às aspirações de JK, pois associavam a nova capital a critérios propalados como sendo racionais e científicos, dificultando o surgimento de eventuais questionamentos ao revés das pretensões governamentais. Tais aspectos políticos e simbólicos foram representados materialmente com a construção de Brasília.

Tudo isso se passou há mais de meio século. Os debates sobre a transferência e sobre a lógica urbana e arquitetônica da capital permanecem acesos. O projeto de interiorização da capital federal brasileira, como dinâmica de produção social de Brasília, pode ser considerado exitoso em certos aspectos. No entanto, a realidade permite que reflexões críticas sobre as condições da própria produção do espaço organizacional da capital federal do Brasil, especialmente no que se refere à administração pública e às relações entre Estado e sociedade.

O sonho de Brasília como a solução para o problema da ocupação do interior do País, a construção da nova capital como ponto de partida para a reinvenção de um Brasil justo e moderno não se realizaram da forma como foi preconizada. Ao contrário, o que se observa é uma pungente reprodução das mazelas nacionais, às vezes, de maneira ainda mais aguda. A expressão *Ilha da Fantasia*, largamente usada para se referir à capital, justifica-se quando comparamos o Produto Interno Bruto *per capita* contemporâneo de Brasília, o mais alto do País, com o dos municípios que formam a Região Metropolitana da capital federal.

A esse respeito, argumentamos, neste ensaio, que a construção de Brasília não representou um momento de ruptura com um passado excludente, inaugurando uma *era de modernidade* ao Brasil. A própria dinâmica de produção social de Brasília indica que, ao invés de promover de mudanças radicais na sociedade nacional, houve maior relevo na manutenção do protagonismo dos grupos dirigentes na condução do processo. Dessa forma, a associação

mais adequada, dada essas características mais conservadoras nesse fenômeno, fica restrita aos conceitos de modernização e de modernismo.

Tendo em vista as vívidas controvérsias que envolvem o tema e o alcance deste ensaio teórico, não cogitamos esgotar ou propor um entendimento definitivo sobre o assunto. O que pretendemos foi a promoção de uma reflexão sobre a matéria, agregando-lhe outro prisma de análise que permitisse uma compreensão distinta, a produção de novas ideias, que poderiam ser utilizadas no âmbito da área de administração.

No tocante particular da administração pública, modernidade, modernismo e modernização permanecem sendo conceitos em voga no meio acadêmico. Um dos desafios é o de desenvolver reflexões que levem em conta, tanto o contexto histórico, quanto a produção do espaço em tais conceitos, particularmente no que se refere às reformas administrativas, um dos principais âmbitos dessas discussões. Assim, uma agenda de estudos e pesquisas suplementares poderia considerar assuntos como: adotando-se uma perspectiva histórica, quais as mudanças relevantes no campo da administração pública podem ser associadas com a produção social de Brasília? Quais as implicações no processo de administração pública no Brasil podem ser associadas com a forma particular de organização social existente na cidade de Brasília? A localização e a configuração urbana da capital federal favorecem a aproximação entre a população e os seus representantes? Como e por que teorizar sobre a localização territorial de Brasília, as relações entre Estado e sociedade e administração pública?

Uma das lições que Brasília nos deixa é que mudanças radicais são possíveis. Nesse sentido, no campo da administração pública, a pesquisa acadêmica deve se aprofundar na discussão sobre questões de relevo e oferecer sustentação teórica para mudanças efetivas.

REFERÊNCIAS

ADAMS, G.B. Enthralled with modernity: the historical context of knowledge and theory development in public administration. *Public Administration Review*, v. 52, n. 4, p. 363-73, 1992.

ALENCAR, F.; RAMALHO, L.C.; RIBEIRO, M.V. *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

BECK, M. Brasília tem desigualdade extrema. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 4, 08.03.2007.

BOMENY, H. Utopias de cidade: as capitais modernas. In: GOMES, A. (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991, p. 144-161.

BOMENY, H. **Educação e desenvolvimento: o debate nos anos 1950**. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/O_Brasil_de_JK/Educacao_e_desenvolvimento_o_debate_nos_anos_1950.asp> Acesso em: 26 ago. 2007.

BOOTH, C.; ROWLINSON, M. Management and organizational history: prospects. *Management & Organizational History*, v. 1, n. 1, p. 5-30, 2006.

CAMPOS, A.M. Um novo modelo de planejamento para uma nova estratégia de desenvolvimento. *Revista de Administração Pública*, v. 14, n. 3, p. 27-45, 1980.

CAMPOS, A.M. *Accountability*: quando poderemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, v. 24, n. 2, p. 30-50, 1990.

CANZIAN, Fernando. **Brasília: alienada e distante**. *Folha Online*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/ult1470u15.shtml>>. Publicado em: 18.12.2006. Acesso em: 20 jun. 2007.

CARDOSO, M.L. **Ideologia do desenvolvimento - Brasil: JK-JQ**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CAVALCANTI, L. **Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-1960)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

COOPER, R.; BURRELL, G. Modernism, postmodernism and organizational analysis: an introduction. *Organization Studies*, v. 9, n. 1, p. 91-112, 1988.

COSTA, A.S.M.; BARROS, D.F.; MARTINS, P.E.M. Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. *RAE*, v. 50, n. 3, p. 288-99, 2010.

DANTAS, Fagner. Brasília: la utopia desfigurada. *Urbano*, v. 7, n. 10, p. 50-60, 2004.

DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R.P. **O livro de ouro da história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

DIAS, M.O.L.S. A interiorização da metrópole (1908-1853). In: MOTA, C.G. **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 160-184.

DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DUSSEL, E. Eurocentrism and modernity. *Boundary 2*, v. 20, n. 3, p. 65-76, 1993.

ESCOBAR, A. **Encountering development: the making and unmaking of the third world**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

EYOH, D. Modernization. In: HOROWITZ, M.C. (Eds). **New dictionary of the history of ideas**. New York: Thompson Gale, 2005, p. 1485-1487.

FAORO, R. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**, v.6, n.14, p.7-22, 1992.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 15. ed. São Paulo: Globo, 2000.

HABERMAS, J. **Modernity versus postmodernity**. **New German Critique**, v. 22, p. 3-14. 1981.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HOLSTON, J. **On modernism and modernization: the modernist city in development, the case of Brasilia**. (Helen Kellogg Institute for International Studies), n. 23. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame, 1984. Working paper.

JAGUARIBE, Helio. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

LOPES, Luís Carlos. **Brasília, o enigma da esfinge**. Porto Alegre/São Leopoldo: Ed. Universidade/UFRGS/Unisinos, 1996.

LOVENSON, M. Modernism. In: HOROWITZ, M.C. (Ed.). **New dictionary of the history of ideas**. New York: Thompson Gale, 2005, p. 1465-1469.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

PENNA, J.O.M. **Quando mudam as capitais. Brasília**: Senado Federal, 2002.

QUIJANO, A. **Modernity, identity, and utopia in Latin America**. **Boundary 2**, v. 20, n. 3, p. 140-55, 1993.

RIBEIRO, M.V.; ALENCAR, C.; CECCON, C. **Brasil vivo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

RIGGS, F.W. Modernity and Bureaucracy. **Public Administration Review**, v. 57, n. 4, p. 347-53, 1997.

SANTOS, B.S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B.S. (Ed.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Milton. Prefácio. In: PAVIANI, A. (Org.). **Brasília, ideologia e realidade/espço urbano em questão**. São Paulo: Projeto, 1985, p. 8-10.

SOUZA, M.J.L. ***Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas.*** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

VENN, C.; FEATHERSTONE, M. Modernity. ***Theory, Culture & Society***, v. 23, n. 2-3. p. 457-76, 2006.

WILLIAMS, R.J. Modernist civic space and the case of Brasília. ***Journal of Urban History***, v. 32, n. 1, p.120-37, 2005.

Takeyoshi Imasato

Doutorado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (2010). Professor adjunto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Rua Washington Luiz, nº 855, Centro, CEP: 90010-460 - Porto Alegre, RS – Brasil. E-mail - timasato@ea.ufrgs.br

Marcelo Lima Véras

Mestre em Administração Pública pela EBAPE/FGV. Endereço: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Praia de Botafogo, nº 190 – CEP: 22250-900, Rio de Janeiro. E-mail - marcelo.veras@bcb.gov.br